

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Onde mora o perigo I

Os petistas comemoram a vantagem de Lula lembrando aos aliados que é preciso saber segurar e administrar a vantagem. Afinal, a campanha oficial será curta e intensa e, com mais candidatos, quem está na frente é sempre o mais atacado pelos adversários.

Onde mora o perigo II

Há entre esses aliados do petista quem diga que é preciso estar atento porque, no Brasil, os três presidentes que concorreram à reeleição venceram: Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma Rousseff.

Até aqui...

A terceira via da sucessão presidencial é Ciro Gomes (PDT), que mantém a posição em todas as pesquisas. Os partidos de centro que buscam uma alternativa e, hoje, seguem com Simone Tebet (MDB) são, no momento, apenas mais um na piscina dos candidatos com uma pontuação difícil de atrair aliados.

Por falar em Ciro

Em jantar promovido pela Esfera Brasil, esta semana, o presidente do PDT, Carlos Lupi, desconvorsou sobre o encontro com o deputado Aécio Neves para uma possível aliança com o PSDB em Minas Gerais. Além dos tucanos, Lupi buscou Gilberto Kassab, do PSD. "Kassab é muito pragmático. Se o Ciro bater 12%, 13%, pode vir a bater na nossa porta. Ele sabe que não há possibilidade de Ciro não sair candidato".

A dor de ser governo

Aliados do presidente Jair Bolsonaro (PL) avaliam que o governo já fez tudo o que estava ao alcance para atender as classes D e E — Auxílio Brasil com R\$ 400 de valor mínimo, auxílio gás, microcrédito, Casa Verde e Amarela, socorro aos empresários para manutenção de empregos... Agora, se faltar diesel, com a inflação alta e o preço de alimentos e combustíveis minando o humor do eleitor, será difícil tirar a diferença, no segmento mais pobre, que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) apresenta hoje nas pesquisas de intenção de voto.

Embora o abastecimento de diesel e a inflação sejam uma questão mundial, o eleitor quer ver o governo resolvendo esses problemas. Por isso, dizem alguns, não dá para o presidente apenas dizer que tudo é culpa dos governadores e do #fiqueemcasa, como tem feito. Aliados vão aconselhar o presidente a filmar reuniões de trabalho, a fim de mostrar serviço. Afinal, quem é governo sempre acaba sofrendo desgaste por todos as questões, de origem externa ou interna, e é preciso dar uma satisfação ao eleitor.



CURTIDAS

E o Orçamento, hein?! Os novos cortes garantem o reajuste dos servidores, mas vão irritar os deputados e senadores porque nas áreas de educação e saúde não dá para cortar os repasses ao SUS e os recursos para compra de vacinas. Logo, restam as emendas.

"Cara de paisagem"! É assim que o ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin se comporta nas reuniões quando Lula solta um palavrão. Os aliados do ex-tucano, porém, dizem que ele vai acabar se acostumando.

Minervino Junior/CB/D.A Press



O assassinato do homem negro Genivaldo de Jesus Santos, em uma cena ultrajante de brutalidade policial, desonra as nossas instituições. As câmaras de gás, o genocídio e a barbárie não devem ter espaço em uma nação que se almeja democrática. Vergonha mundial"

Do ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes

ORÇAMENTO

Bloqueio vai a R\$ 14,5 bilhões

Para reajustar o funcionalismo em 5%, Economia suprime mais R\$ 8,2 bi. Educação, Saúde e Ciência e Tecnologia serão afetadas

» FABIO GRECCHI

O governo decidiu ampliar o bloqueio no Orçamento para conseguir dar o reajuste linear de 5% prometido para todo o funcionalismo. Dessa forma, o total suprimido ficará em R\$ 14,5 bilhões, conforme estimativas que começaram a circular ontem. As áreas mais afetadas serão Saúde, Educação e Ciência e Tecnologia, e a tesoura podará despesas de custeio e investimentos dos ministérios. Porém, as emendas de relator — as que formam o Orçamento secreto — e as das bancadas dos partidos no Congresso devem ser poupadas.

O valor ficará maior que os R\$ 8,2 bilhões anunciados na semana passada, pois incluirá a previsão de despesas de R\$ 6,3 bilhões com o aumento aos servidores públicos. A restrição financeira foi a forma encontrada para que o governo cumpra o teto de gastos — que correlaciona o crescimento das despesas à inflação. As medidas devem ser detalhadas no *Diário Oficial da*

União (DOU) até segunda-feira.

As estimativas de bloqueio seriam as seguintes: Saúde perderia R\$ 2,5 bilhões; Educação, R\$ 3,2 bilhões; e Ciência e Tecnologia, R\$ 2,9 bilhões — os números são projeções porque os ministros vão tentar, ao máximo, evitar perdas dessa magnitude.

Reações

Assim que as restrições orçamentárias foram divulgadas, as reações começaram a surgir — e negativas. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgou nota afirmando que "considera um equívoco a proposta de corte orçamentário do governo federal que prevê a redução de cerca de R\$ 2,9 bilhões de recursos destinados à pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). Grande parte dessa quantidade — estima-se R\$ 2,5 bilhões — se refere a recursos não reembolsáveis do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)". A entidade foi além ao apontar que "o corte é ilegal, uma vez que contraria o

Hoana Gonçalves / ME



Com aval do ministro Paulo Guedes, da Economia, emendas de bancada e de relator devem ser poupadas

previsto na Lei Complementar 177/2021, que proíbe o contingenciamento de recursos do FNDCT — principal fonte de financiamento à ciência, tecnologia e

inovação (CT&I)".

Já as entidades que fazem parte da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento Brasileiro (ICTPBr) criticam a

decisão do Ministério da Economia de bloquear R\$ 2,9 bilhões das despesas primárias discriminadas do MCTI e do FNDCT. "Esse bloqueio representa um grave

atentado às políticas públicas de fomento à ciência e desenvolvimento tecnológico e inovação do país (...). Essa decisão do governo federal compromete, especialmente, as ações estratégias de fomento e as ações que estão em curso, principalmente editais e chamadas públicas já lançadas", diz trecho da nota divulgada ontem.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) também se manifestou: "Acabamos de receber a informação, em reunião com alguns reitores, que o governo federal bloqueou cerca de 14% do orçamento das universidades. Mais um ataque ao funcionamento da universidade pública e da educação. Não aceitaremos calados, vai ter luta!", tuitou. Também pelo Twitter, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas se manifestou: "Acaba de ser anunciado um corte de aproximadamente 3,2 bilhões no orçamento dos Institutos e Universidades Federais. Estamos atentos e mobilizados em defesa do orçamento da educação e pela revogação do Teto de Gastos".

CONGRESSO

Lira propõe vender ações da Petrobras

» TAINÁ ANDRADE

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse, ontem, que uma solução para as discussões sobre a privatização da Petrobras seria a venda, pelo governo, de ações da empresa, abrindo mão de ser o sócio majoritário. Isso porque, para ele,

são remotas as possibilidades — entre outras razões por causa do pouco tempo para debate e a polarização vivida atualmente pelo país — de se votar, este ano, uma proposta de emenda à Constituição (PEC) sobre a venda da petroleira.

"O governo pode, por meio

de um projeto de lei ou uma discussão mais rápida, vender as ações do BNDES que tem. Deixaria de ser majoritário e tiraria das costas a responsabilidade pela falta de sensibilidade da Petrobras", sugeriu, em entrevista à Rádio Bandeirantes.

Lira aproveitou para criticar a petroleira que, segundo ele, está "insensível" à situação da população por conta das sucessivas altas dos preços dos combustíveis. Para ele, a Petrobras deveria atuar de forma ativa contra os aumentos, mas,

em vez disso, priorizaria os dividendos dos investidores.

"A Petrobras, hoje, não tem nenhum viés estruturante para o país, a não ser o pagamento de dividendos de seus investidores. É uma empresa livre e independente, que não tem função social. Então, nessa esteira, ou a gente privatiza ou toma as medidas mais duras. Outras petroleiras têm tido a sensibilidade de abrir mão de parte dos lucros para bancar subsídios diretos, congelar os preços ou fazer algum ato direto para

a população", lembrou.

Alternativas

Sobre isso, o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), disse que o Parlamento tem trabalhado em alternativas para conter os reajustes. "Vamos continuar tentando achar uma solução que não infrinja a lei eleitoral, o teto de gastos e a responsabilidade fiscal", explicou.

Para o deputado Nereu Crispim (PSD-RS), a venda pelo governo das ações da Petrobras é

inconstitucional, pois, como ressaltou, a empresa integra a Administração Pública Indireta, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Conforme disse, o problema está na política do Preço de Paridade de Importação (PPI).

"Essa política retroage nas conquistas sociais, ao estabelecer como referência os preços no mercado internacional. Cogitar a venda da Petrobras, ou suas ações, e desvincular a estatal da União é inconstitucional, não admitido no ordenamento jurídico", apontou.